
Sílvia Cristina Lambert Siriani

Mestre em História pela
Universidade de São Paulo

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de.

Entre a Casa e o Armazém: Relações Sociais e Experiência da Urbanização, São Paulo, 1850-1900.

São Paulo: Alameda, 2005, 416p.

Nos últimos tempos, tornaram-se freqüentes os estudos acerca da cidade de São Paulo e seus arredores. Fruto, em parte, do oportunismo gerado pela comemoração dos 450 anos da cidade, que movimentou o mercado editorial paulistano, mas também do interesse de historiadores, geógrafos, urbanistas e sociólogos em desvendar a formação e conformação desse núcleo urbano através dos séculos (o afluxo populacional, a ocupação territorial, entre outros assuntos levados a cabo com maior seriedade). Essa procura acabou por criar uma gama razoável de trabalhos, muitas vezes compartimentados em bairros, ou regiões específicas da cidade, raras vezes permitindo ao leitor uma visão abrangente e comparativa dos processos de ocupação e transformação de São Paulo, bem como uma compreensão vivaz acerca do cotidiano e relações sociais de um diverso contingente populacional que objetivava viver e sobreviver num ambiente hostil e mutante como a capital paulista da segunda metade do século XIX.

A grata iniciativa da historiadora Maria Luiza Ferreira de Oliveira de realizar uma obra que descortinasse a especificidade dos modos de vida, estratégias de sobrevivência e relações sociais, da São Paulo oitocentista, sem que se perdesse de vista a totalidade do fenômeno urbanizador e transmutador, surge num momento em que o debate acerca do tema rompe a barreira das publicações meramente comerciais - que são apenas paráfrases de trabalhos consagrados, como os de Afonso de Freitas, Antônio Egidio Martins ou Ernani da Silva Bruno - e possibilita a observação de um quadro mais amplo, com a utilização de farta documentação e extensa discussão bibliográfica, permitindo ao leitor a observação das semelhanças e diferenças, no tempo, das transformações na paisagem urbana e das experiências de vida daqueles indivíduos que se tornaram os principais agentes deste processo.

A obra apresenta-se dividida em seis capítulos que privilegiam não apenas a análise das relações sociais entre diferentes grupos sócio-econômicos e étnicos que compunham a capital paulista, mas também sua inserção no mundo do trabalho, da produção, das transformações na paisagem urbana ocorridas principalmente com os deslocamentos populacionais e abertura de novos bairros, a partir de 1870, e a chegada dos grandes contingentes imigrantes europeus. Com uma linguagem sensível, porém direta, a autora nos faz passear pelas ruas e bairros da cidade de São Paulo, acompanhando trajetórias de vida de famílias e indivíduos em constante movimento. Como se relacionavam em seus núcleos familiares, como estabeleciam seus laços de vizinhança, o amparo mútuo das relações creditícias, o convívio com escravos e libertos, a faina diária, o senso de oportunidades econômicas, enfim, o viver na capital em suas dimensões mais abrangentes.

No primeiro capítulo, intitulado *Modos de Viver*, Maria Luiza descortina a partir dos dados obtidos em inventários *post mortem*, uma ampla gama de ofícios exercidos pela população paulistana em meados do século

XIX. É de extrema importância, nesse momento, compreender o porquê do corte temporal sugerido pela autora, uma vez que abarca, tanto aspectos da cidade ainda impregnada de uma atmosfera colonial, como seu paulatino processo urbanizador que culminaria, na primeira década do século XX, na celebrada "Metrópole do Café" republicana, com seus ares cosmopolitas e europeizados. Diante deste processo, o campo profissional paulistano diversificou-se e acompanhou as mudanças que vinham ocorrendo na paisagem urbana, além da crescente demanda por novos serviços e produtos.

Com muita sensibilidade, a autora percorre trajetórias de vida e estratégias de sobrevivência de inúmeras famílias, das mais abastadas até aquelas já no limiar extremo da pobreza. Sua narrativa nos leva às ruas, a entrar nas casas e perceber como arranjavam seu sustento. Há desde os casos daqueles que viviam de rendas e aluguéis, como D. Maria das Dores Jesus Viana, idosa e solteira que alugava dois cômodos da sua residência, e fazia doces e quitutes para incrementar seu apertado orçamento (o que possibilitou até que acumulasse algumas economias numa caderneta da Caixa Econômica), como o de cocheiros e carroceiros que exerciam um trabalho autônomo, permitindo-lhes circular livremente pela cidade em transformação.

A ascensão social era permitida com maior facilidade àqueles portadores de diplomas superiores, como o caso dos médicos, engenheiros e bacharéis em direito que, se não exercessem a profissão por sua própria conta e risco, podiam sempre buscar a segurança dos empregos públicos.

Ainda neste capítulo, a autora retrata as profundas transformações nos modos de viver da população que habitava as imediações da Várzea do Carmo. Região eternizada por inúmeros pintores, memorialistas e fotógrafos, com o burburinho constante das lavadeiras às margens do Tamandateí, o Carmo talvez tenha sido a região que sofreu o maior número de transformações durante o processo urbanizador da capital paulista. Utilizando-se de rica iconografia e de inúmeras fontes bibliográficas, Maria Luiza dissecou as imagens e seus discursos, para nos fazer compreender que as transformações vivenciadas pela Várzea tinham efeitos profundos naqueles indivíduos que dela dependiam diretamente para sobreviver, tais como pescadores, lavadeiras, vendedores de capim, além dos pequenos comerciantes da Rua das Casinhas (atual Ladeira Gal. Carneiro), que abasteciam parte da população de alimentos básicos tais como toucinho, feijão, farinhas, aguardente, numa espécie rudimentar de mercado local.

Finalmente, o primeiro capítulo é encerrado com uma minuciosa análise dos diferentes grupos de riqueza encontrados na documentação e suas principais características no contexto da capital paulista oitocentista. É analisada sua participação e peso nas atividades econômicas locais, assim como os processos ascendentes e descendentes de formação dos patrimônios familiares, responsáveis pela composição de uma emergente camada média na sociedade paulistana durante a sua experiência urbanizadora.

O segundo capítulo trata da presença da escravidão nesse contexto. A distribuição da posse de cativos entre os cinco principais grupos de riqueza presentes no estudo, e sua importância para a sobrevivência dos proprietários. Os resultados não são surpreendentes e corroboram uma tendência já observada em inúmeros estudos demográficos sobre a escravidão: a de que a maioria dos proprietários possuía poucos cativos, predominando as mulheres, principalmente se pensarmos no corte temporal adotado pela autora. A partir de 1850, com os entraves para a comercialização de afri-

canos, em decorrência da extinção do tráfico atlântico, os preços de um escravo em idade produtiva tendiam a aumentar, atingindo o seu auge no início da década de 1880, quando equivaliam a um imóvel de porta e janela, na região central da cidade. As mulheres, geralmente recebiam valores mais baixos nas avaliações e abundavam nos trabalhos domésticos, ou como escravas de ganho.

A autora também percorre, nesse contexto, a movimentação das cartas de alforria e as manumissões condicionais presentes nos testamentos que compõe o *corpus* da pesquisa, dando-nos luz acerca das relações quotidianas entre os senhores e seus cativos, nas quais o caráter humanitário era questão secundária em relação ao vínculo puramente econômico. Grande parte das vezes esse caráter humanitário não era sequer levado em consideração no momento das partilhas, que acabavam por reintegrar a plena posse de cativos aos herdeiros do espólio, ou até mesmo agindo de forma ilegal ao separar os filhos de suas mães, explicitando que as teias de proteção que envolviam os escravos urbanos às famílias que os possuíam, eram muito tênues e incertas.

Uma vez alforriados, quais seriam os seus destinos? Maria Luiza busca acompanhar trajetórias de vida de ex-cativos também através de seus inventários *post mortem*. Nem todos tinham a sorte de deixar bens que pudessem garantir a segurança de seus filhos e netos. No geral, estes negros conseguiam acumular um pequeno pecúlio à custa de trabalho árduo, ou recebiam pequenos imóveis como doação de seus antigos senhores. Sua inserção na sociedade não se dava de maneira fácil, ainda que dominassem os códigos de convivência e sobrevivência e exercessem as mais variadas atividades econômicas, do pequeno comércio varejista à prestação de inúmeros serviços braçais, o que acabava por afastá-los da linha da miséria, ainda que esta permanecesse como uma constante ameaça.

O terceiro capítulo analisa um outro aspecto das relações sociais estabelecidas por uma significativa parcela da população paulistana. As relações de crédito, com a difusão dos empréstimos em dinheiro e das compras "em cadernetas". A moeda circulante na cidade era escassa, o que incentivava deveras a prática da compra fiada. Era uma relação de confiança mútua que se estabelecia entre o cliente e o comerciante e que se desenrolava por anos a fio, muitas vezes só terminando no processo de inventário. A autora descortina as motivações para o endividamento (das causas mais urgentes ao mero descompasso na administração dos gastos familiares); quem pedia e quem emprestava. De maneira efetiva é posto por terra a idéia, por anos propagada pela historiografia brasileira, do paternalismo das elites paulistanas, ao demonstrar que grande parte dos que concediam empréstimos eram pessoas em condições de vida bastante rudimentares e que, não raro, também recorriam a este expediente para equilibrar seus orçamentos domésticos.

Numa precisão quase cirúrgica, Maria Luiza estabelece quadros com os mais recorrentes tipos de relações de crédito, além de separar as dívidas pelos diferentes grupos de riqueza, relacionando-as a fenômenos mais amplos da economia nacional tais como as crises financeiras do final do império e as constantes oscilações do preço do café no mercado mundial que poderiam, ou não, interferir nos padrões de endividamento da população local. Ao que parece, essa população poderia passar alheia a estas transformações, estando mais envolvida com as mudanças monumentais pelas quais a cidade, em franco crescimento, passava, expandindo sua área, suas atividades e seus investimentos.

Contudo, o sistema bancário parecia não responder à rapidez dessas transformações, fazendo com que as redes creditícias particulares se tornassem cada vez mais disseminadas entre a população dos mais diferentes patamares de renda. Títulos, letras, hipotecas, são termos familiares a todos aqueles pesquisadores que utilizam os inventários como fontes de estudo, e mostram que a cultura do crédito era disseminada na capital, muitas vezes levando as famílias à insolvência, ao arresto e hasta pública dos bens do espólio para o pagamento dos credores.

No quarto capítulo (*Com loja para a rua*), a autora trata dos comerciantes e suas formas de sobreviver a um mercado que se transformava a cada dia na capital. Dos comerciantes de porta aberta, que mantinham um contato direto e amistoso com sua clientela, observadores atentos da movimentação crescente das ruas centrais, aos grandes atacadistas e importadores, que ansiavam por uma clientela mais abastada e buscavam abastecer a capital do que havia de mais atual nos mercados europeus. Ambas as categorias, assim como os pequenos proprietários de secos e molhados, armazéns e tabernas, foram responsáveis pela nova dinâmica urbana dada ao centro da capital na segunda metade do século XIX. E não é de se espantar que estivessem presentes em grande parte dos inventários analisados pela autora, e muito menos que entre eles, grande parte fosse composta por imigrantes estrangeiros que viam na atividade comercial a principal via de acesso ao convívio social na cidade. Porém, os reinvestimentos nas casas comerciais eram constantes, e Maria Luiza observa que a descontinuidade de inúmeros desses negócios era comum, especialmente após o falecimento de seus proprietários, fosse por desinteresse dos herdeiros em geri-los, fosse pela necessidade financeira de liquidar o comércio para quitar dívidas com fornecedores e aquinhoar os herdeiros (principalmente se houvesse menores de idade envolvidos no processo). Ainda assim, o trabalho familiar foi o mais comumente adotado entre os comerciantes locais que colocavam as esposas e filhos para ajudar na lida diária, buscando economizar na contratação de caixeiros.

Outro aspecto de interesse levantado pela autora, no que diz respeito às casas comerciais, foi o fato de que na maioria dos casos, loja e residência funcionavam na mesma construção, o que em certo sentido reduzia os custos da sobrevivência quotidiana.

Também é bastante interessante a análise que a autora faz sobre os armazéns da cidade como grandes redes de apoio comunitário. Eles não apenas serviam para o abastecimento de todo e qualquer tipo de gênero básico, mas também de casa de crédito, banco de empregos, centro de informações... Um vendeiro talvez fosse a pessoa com o maior número de contatos e informações sobre os moradores de sua freguesia. Manter boas relações com ele, significava ter as portas abertas para uma série de atividades, obter inúmeros favores e estar por dentro de todas as notícias e novidades da região. Mesmo assim, a maior parte dos proprietários de armazém pouco se beneficiava dessa importância social do ponto de vista econômico. Muitos viviam de forma rudimentar e, quando faleciam, deixavam muitas dívidas aos herdeiros.

Em *A cidade que se revela* (quinto capítulo) a autora trata daqueles indivíduos que buscaram extrair seu sustento das rendas de seus bens de raiz. Na maioria dos processos analisados foram arrolados como propriedade do inventariado pelo menos um bem imóvel, fosse um terreno, um casebre, um quartinho, um telheiro. Essa era uma estratégia de sobrevi-

vência das mais difundidas na capital paulista de meados do século XIX, mesmo que implicasse o endividamento de seu proprietário, para que pudesse manter as propriedades em condições mínimas para habitação e arrendamento. Portanto, possuir um imóvel, fosse para moradia, fosse para aluguel não era de forma alguma sinônimo de estabilidade econômica, principalmente no momento das partilhas, quando muitas vezes convertiam-se em moeda corrente para o pagamento de credores, hipotecas, quinhões hereditários, custas com enterros e com o próprio processo.

Maria Luiza explora essa realidade de maneira minuciosa, trazendo ao leitor as histórias de homens e mulheres que depositaram todas as suas esperanças e economias neste oscilante mercado, fazendo-nos acompanhar, através dos investimentos imobiliários, a constante movimentação da cidade nas direções leste e oeste, zonas de intenso crescimento populacional e, portanto, de grande demanda por moradias, como também ao longo dos caminhos dos trens e bondes.

Investir em bens imóveis poderia significar uma rápida ascensão social, o que nem sempre acontecia com os grupos de riqueza mais baixos, porém os setores remediados que investiram inicialmente no entorno da região central, em áreas que lentamente foram se valorizando - como a região da Luz - obtiveram grande sucesso em suas empreitadas, principalmente se estivessem de acordo com as rigorosas *Posturas Municipais* que impunham normas para a construção e preservação dos imóveis.

Ainda neste capítulo, descortina-se aos olhos do leitor os padrões das moradias encontradas nos processos de inventário, tanto em seus aspectos exteriores, visíveis ao olhar público, como em sua esfera privada, levando-nos a adentrar as residências e compartilhar seu cotidiano e seus padrões de conforto a partir da descrição de seu mobiliário, seus gostos, o paulatino aburguesamento de costumes ou a singeleza, e sobriedade, de algumas residências, captando um pouco de seus modos de vida e suas formas de inserção na sociedade.

A obra se encerra, oportunamente, não com conclusões - pois não se propõe conclusiva - nem com considerações finais que repassem suas idéias já discutidas, mas com um interessantíssimo *Epílogo* no qual analisa dois momentos distintos, da Rua Alegre, situada próxima à estação da Luz.

Tomando como fonte iconográfica o celebrado "*Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo:1862-1887*" de Militão Augusto de Azevedo, a autora nos faz perceber a atuação da sociedade urbanizadora paulistana da segunda metade do século XIX, desvendando as construções, personagens, contrastes, técnicas e a própria dinâmica e velocidade da capital paulista, encerrando de forma brilhante seu trabalho de fôlego e resistência.

"*Entre a Casa e o Armazém*" é uma daquelas obras que deixa o leitor à vontade, com sua narrativa sutil e seu colorido sem afetações. Um trabalho de pesquisa árduo, rico e extremamente competente. Com uso de uma gama variada de fontes primárias, impressas, iconográficas, e uma bibliografia abrangente e diversificada, Maria Luiza tece, com delicadeza, essa imbricada teia de relações sociais, de formas de sobrevivência e de adaptação às transformações impostas pelo dinamismo desta São Paulo em constante movimento, por vezes hostil, por vezes caótica, mas sempre monumental.